



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Militares em África: Elemento em Falta nas Transições Democráticas

POR MATHURIN C. HOUNGNIKPO

- ◆ A aceitação da autoridade civil pelas forças armadas continua a ser uma peça em falta no xadrez da transição democrática em África.
- ◆ Apesar de frequentemente encarada como uma restrição indesejável dos poderes do sector da segurança, a doutrina do controlo democrático civil das forças armadas reforça a legitimidade, capacidades e desempenho das forças armadas.
- ◆ A realização concreta desta doutrina requer que os parlamentos africanos imponham e exerçam um controlo e uma fiscalização mais rigorosos do sector da segurança.

DESTAQUES

A guerra é demasiado importante para ser deixada aos generais.

—Georges Clemenceau, ex-primeiro ministro francês

Atravessamos um período difícil para todos, mas pensamos que se trata de uma crise política. Nós não somos políticos; somos militares profissionais e decidimos continuar a sê-lo. Nada nem ninguém, faça o que fizer, nos arrastará para ela.

—Chefe do Estado Maior do Exército da Nigéria, Tenente-General Abdulrahman Dambazzau em Maio de 2010, pouco depois de a Assembleia Nacional ter transferido os poderes e a autoridade presidencial para o Vice-Presidente Goodluck Jonathan, após a morte do Presidente Umaru Yar'Adua

Uma série de golpes militares registados entre 2008 e 2010 na Mauritânia, Guiné, Níger e Madagáscar evocou o cenário de um retorno aos regimes militares em África. Apesar de a Guiné e o Níger terem mais tarde regressado a governos ci-

vis, o que dissipou este receio, persistem por todo o continente sinais da influência exercida pelos militares na política, de forma mais marcante no Egipto onde, ao longo da transição política, as forças armadas têm procurado conservar o seu papel

privilegiado, apesar de reivindicações generalizadas de uma reforma democrática genuína.

Na Costa do Marfim, Togo, Guiné Bissau, Etiópia, República Centro-Africana, Chade, Sudão, Angola, Ruanda, e muitos outros estados africanos, a democratização ou consolidação das reformas políticas tem sido gravemente inibida por forças armadas que intervêm regularmente em questões políticas e económicas. No Uganda, por exemplo, os militares estão autorizados a designar dez oficiais para membros do parlamento. Nalguns casos, as forças armadas operam de forma autónoma e mantêm interesses comerciais à margem do orçamento militar. No Ruanda, os militares cultivam, adquirem, transformam e exportam produtos comerciais através de uma empresa pertencente às forças armadas.¹ Em Angola, membros das forças armadas participam na adjudicação de contratos a empresas estrangeiras, desempenham funções nos conselhos de administração de empresas privadas, e são accionistas maioritários em empresas de telecomunicações.²

Estas práticas não prejudicam apenas a governação democrática como enfraquecem a estabilidade, o desenvolvimento económico e mesmo os interesses das próprias forças militares. Nos casos em que militares assumiram o controlo total do governo, as consequências foram de modo geral, desastrosas. Na Nigéria e no Mali, por exemplo, durante os períodos de regime militar, a taxa anual de crescimento económico situou-se, em média, três por cento abaixo da registada sob governação civil. Apesar das vantagens decorrentes da sua disciplina e rapidez na tomada de decisões, os militares possuem conhecimentos insuficientes nas esferas da criação de empregos, políticas macroeconómicas, saúde pública e inúmeros outros desafios que se colocam à governação. De uma maneira geral, a tomada de decisões na esfera militar é feita no âmbito de uma hierarquia rígida que não admite recurso, enquanto que no domínio público, a implementação das políticas tende a ser mais eficaz

quando parte de um processo de consulta, transparente e deliberativo.

Além dos golpes militares contundentes, assiste-se cada vez mais em África ao fenómeno prevalente e sinistro dos golpes de estado “democrático” e “insidioso”. No primeiro caso, é levado a cabo um golpe militar seguido de uma retirada táctica para a realização de eleições, “ganhas” por um militar recentemente aposentado, com o beneplácito tanto das organizações regionais como internacionais. Foi o que aconteceu na sequência do golpe de 2008 na Mauritânia, com o general Mohamed Ould Abdel Aziz. No caso dos golpes de estado insidiosos, líderes civis subvertem gradualmente o governo e a autoridade do poder legislativo e judiciário, assim como a influência dos grupos da sociedade civil e doutras potenciais fontes de oposição. Foi a táctica seguida pelo agora deposto presidente Mamadou Tandja, no Níger, e é, sem dúvida, o que está actualmente a suceder no Djibuti e no Malawi, entre outros países do continente. A cooptação de membros das chefias militares e a criação de unidades especiais de segurança presidencial para contrabalançar as forças armadas são os meios mais usados para garantir o êxito de tais exercícios de autoridade extra constitucional.

“para a democracia aprofundar raízes no continente, o sector de segurança deve ser um parceiro disponível no processo de consolidação democrática”

A instrumentalização dos militares é pronunciada nalguns países. Nos últimos anos, um exemplo é o uso da força contra manifestações pacíficas por unidades de segurança na Etiópia, Uganda, Malawi e Camarões, entre outros. Abrir fogo contra civis desarmados é um sinal claro de que alguns comandantes militares em África consideram dever defender o regime que está no poder em vez da constituição, chegando a contrariar as regras mais elementares de conduta militar e as normas democráticas emergentes no continente. As eleições recentes e futuras na República Democrática do Congo, Zimbabwe, Senegal, Burkina Faso e Quênia colocam dilemas semelhantes às chefias militares e policiais destes países.

O Dr. Mathurin C. Hounnikpo é Professor Titular da cadeira de Relações entre Civis e Militares no Centro de Estudos Estratégicos de África na National Defense University.

Mesmo quando o poder é exercido por um governo civil legítimo, as relações entre civis e militares continuam marcadas pela tensão em grande parte do continente africano. Devido à sua dinâmica institucional, responsabilidades e normas específicas, as forças armadas podem sentir dificuldades na interação com o parlamento, organizações da sociedade civil e outras entidades civis. Da mesma forma, a maioria dos responsáveis civis africanos não domina o suficiente as questões e instituições da segurança. O empenhamento, a cooperação e o respeito mútuo são insuficientes e é comum o sentimento de insatisfação.

Na Nigéria, por exemplo, num discurso proferido em 2008, o presidente do Senado explicou aos colegas legisladores que uma das principais ameaças à segurança nacional do país era a falta de conhecimento mútuo entre agências civis e militares, salientando a necessidade de um esforço “contínuo e coerente de envolvimento recíproco, com vista ao reforço dos intercâmbios entre os órgãos de segurança e o parlamento, em particular nas áreas de apropriação, reformas constitucionais, funções de fiscalização, política externa e segurança nacional.”³ Em suma, os líderes civis e militares africanos conhecem-se mal.

Apesar dos progressos assinaláveis alcançados no caminho da democratização desde o fim da Guerra Fria, a influência dos serviços de segurança em África continua a ensombrar o progresso democrático no continente. Os problemas resultantes dos excessos cometidos pelos militares não se limitam apenas aos países frágeis ou autocráticos de África. Continuam a levantar obstáculos mesmo nos estados mais bem governados do continente. A aceitação pelos militares da autoridade civil—a doutrina do controlo civil—continua a ser uma peça em falta no xadrez da transição democrática em África. Para a democracia criar e aprofundar raízes no continente, o sector de segurança deverá tornar-se um parceiro disponível no processo de consolidação democrática.

INCULCAR UMA DOCTRINA DE AUTORIDADE CIVIL E DEMOCRÁTICA

A legitimidade do sector da segurança decorre, em última análise, da autoridade que lhe é conferida pelos líderes civis democraticamente eleitos num estado de direito. Tal legitimidade permite que o uso da

força, o instrumento mais revelador da autoridade do governo, seja considerado justificado e, desse modo, seja aceite pela população em geral. O reconhecimento desta legitimidade constitui a base da doutrina do controlo civil dos militares.

No entanto, esta doutrina é geralmente mal compreendida ou pouco respeitada em África.⁴ É uma consequência de diversos factores complexos, incluindo as heranças coloniais, a supervisão insuficiente e corrupção. De um modo geral, as administrações coloniais estruturaram e instruíram as forças de segurança africanas no sentido de proteger as sedes do poder colonial e os recursos estratégicos, bem como controlar e reprimir aqueles que ameaçavam o status quo. Subsistem ainda em África resquícios destas estruturas e mentalidades. Persistentes debilidades de governação também fragilizaram a supervisão e controlo das agências do sector público e a delimitação das suas funções. Sendo estas agências relativamente bem financiadas e representando em muitos casos um dos maiores sectores da governação em África, as forças armadas ultrapassam muitas vezes os seus limites, enfrentando pouca oposição.

O facto é que nem sempre são os comandantes das forças armadas que tentam tomar o poder. Em muitos casos, civis autoritários utilizam deliberadamente os serviços de segurança para enfraquecer a oposição política e conservar o seu poder e as suas redes de clientelismo.

Assim, o fortalecimento da doutrina do controlo civil dos militares requer ajustamentos institucionais tanto por parte das autoridades militares como civis. Tais ajustamentos começam pelo equilíbrio entre os poderes próprios mas complementares das autoridades civis e das forças armadas. Ao utilizar a força ou a ameaça da força de forma construtiva, as forças de segurança disciplinadas serão capazes de influenciar, gerir ou controlar ocorrências, tendo por objectivo principal a defesa da segurança nacional. No entanto, tais acções só têm credibilidade quando encaradas como uma ferramenta de apoio a um governo democrático.

O poder de um governo civil, em contrapartida, deriva directamente dos governados, o que cria uma autoridade política capaz de gerir e assegurar mais eficazmente a segurança, assim como o

desenvolvimento económico e social. Os governos legítimos são mais estáveis por natureza, porque gozam de maior apoio da sociedade para resolver os problemas internos, adaptar-se às mudanças e gerir os conflitos que afectam o bem-estar individual e colectivo.⁵ Da mesma forma, a coerção pode ser aplicada com maior credibilidade quando as decisões de uso da força são tomadas por civis democraticamente eleitos. Assim, as forças armadas e as suas acções são reconhecidas como legítimas *de forma indirecta* e através da sua subordinação às autoridades civis legítimas e aos órgãos civis do poder.

Do mesmo modo, a doutrina do controlo civil estipula que as forças armadas, na sua qualidade de agência governamental especializada, com um papel e responsabilidades definidas, deve *aplicar*, mas não *formular*, as políticas de segurança. As forças armadas são apenas um dos instrumentos para reforçar a segurança. A diplomacia, as políticas socioeconómicas e os instrumentos de mediação são outros factores

“as forças armadas e as suas acções são reconhecidas como legítimas de forma indirecta e através da sua subordinação às autoridades civis legítimas e aos órgãos civis do poder”

importantes que afectam as causas de tensão e conflitualidade. Além disso, as grandes questões estratégicas, como declarações de guerra, de cessação das hostilidades ou compras de armamentos sofisticados, têm um impacto significativo sobre todos os cidadãos. Os líderes e instituições civis legítimos estão mais habilitados do que as chefias militares a ponderar a utilização desses vários instrumentos.

VANTAGENS DO GOVERNO CIVIL E PERIGOS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA

A distinção entre a formulação de políticas e a sua implementação acarreta benefícios concretos para os serviços de segurança. A ingerência excessiva, livre de supervisão e controlo, tende a subverter o desempenho e o profissionalismo no sector da segurança, bem como a qualidade das suas chefias. A

falta de legitimidade leva muitas vezes os dirigentes políticos autoritários a buscar apoios de natureza étnica ou geográfica, o que tende a enfraquecer a sua capacidade de acção e eficácia. Nestes contextos, as forças de segurança têm maior propensão para encarar as suas funções como um emprego de último recurso, o que resulta em forças armadas sobredimensionadas, mas mal formadas e insuficientemente treinadas. Na Guiné Bissau, por exemplo, a percentagem de soldados em relação à população total é superior ao dobro da média na África Ocidental. O seu largo contingente de tropas é no entanto indisciplinado, o equipamento encontra-se desactualizado e inoperacional e registam-se confrontos graves no seu próprio seio.

O sector de segurança da Costa do Marfim sofreu idêntico desgaste de profissionalismo na última década. O número de efectivos triplicou à medida que o ex-presidente Laurent Gbagbo desbaratava recursos do estado para comprar o apoio de segmentos importantes do eleitorado. O crescimento progressivo dos serviços de segurança e a sua instrumentalização foram um dos principais factores de instabilidade no país, que culminou num grave impasse após a derrota de Gbagbo nas eleições presidenciais de Novembro de 2010. As forças armadas do país ignoraram a obrigação de defender a constituição e colocaram-se ao serviço de Gbagbo na sua tentativa de inverter os resultados eleitorais. Milhares de pessoas morreram antes de Gbagbo ser capturado. A liderança militar, ao desacreditar as forças armadas e o que as mesmas representam, deixou de conseguir impor respeito à população e cumprir o seu papel na sociedade. As novas chefias militares do país enfrentam agora a difícil tarefa de reformar e realinhar os serviços de segurança, que no passado haviam sido uma força muito respeitada em África. Problemas destes podem ser evitados desde que as forças armadas africanas se adaptem e defendam as reformas democráticas em curso no continente.

Muitos governos militares e autoritários também procuram comprar a lealdade de determinados sectores das forças armadas em detrimento doutros, para garantir a sobrevivência do regime. Tais considerações reflectem-se em desigualdades em termos de apoio orçamental, que favorecem um ramo específico

das forças armadas à custa de outro, para tempos depois oscilarem em sentido inverso.

A guarda presidencial no Togo, por exemplo, é favorecida em detrimento doutros ramos das forças armadas e as suas tropas são compostas, em maioria, de membros da etnia do partido no poder, sendo sacrificadas promoções e acções de formação que enfraquecem a capacidade militar. O ressentimento gerado deu origem a vários motins no seio das forças armadas desde o início de 1990. Entretanto, o exército continua deficiente em termos de capacidade de reacção rápida, as pequenas marinha e força aérea do país foram marginalizadas, e mantêm-se indefinidas as suas linhas gerais programáticas, estratégicas e defensivas.⁶

Um estudo do processo orçamental na Etiópia revelou que a centralização das decisões relacionadas com a despesa militar agravou as rivalidades existentes no seio das forças armadas e conduziu a uma afectação de recursos inferior ao desejável.⁷ No Quénia, Uganda e África do Sul, há indícios de que a compra de equipamentos militares defeituosos ou a preços inflacionados podem ter ocultado desvios de fundos para campanhas políticas.⁸

As frequentes mudanças, promoções e despromoções na cúpula das forças de segurança do Ruanda têm produzido incertezas e um ambiente de instabilidade entre os oficiais. Por exemplo, o presidente Paul Kagame anunciou abruptamente a demissão do chefe dos serviços de informações do país em Julho de 2011, substituído por um general do exército que estivera sob prisão domiciliária durante a maior parte de 2010. Este tipo de decisões enfraquece o profissionalismo militar, e a instabilidade que cria também restringe gravemente a capacidade dos serviços de segurança para se modernizarem, fazerem aquisições de armas estratégicas e planearem o futuro.

Deste modo, as autoridades civis também devem ser objecto de supervisão e controlo e o poder legislativo deve desempenhar um papel central na aprovação dos orçamentos militares e políticas de segurança. Sem esta responsabilização, as decisões são mais susceptíveis de assentar em interesses políticos, institucionais ou pessoais, por oposição às necessidades reais dos serviços de segurança para proteger a nação.

Estudos feitos sobre os gastos militares e a corrupção revelaram que o reforço da supervisão aumenta os recursos disponíveis para as forças armadas.⁹ Além disso, um controlo eficaz cria oportunidades de os cidadãos e a sociedade civil influenciarem as políticas de segurança, além de criar condições para a existência das mesmas. Os serviços de segurança fiáveis e legítimos podem, por sua vez, cooperar, informar e interagir mais facilmente com a sociedade civil.

Em suma, a doutrina do controlo civil representa muitos benefícios tangíveis. Sempre que as decisões são tomadas e os recursos são afectados através de um processo de governação responsável e democrático, aumentam as probabilidades de os resultados servirem os interesses nacionais.

“estudos feitos sobre os gastos militares e a corrupção revelaram que o reforço da supervisão aumenta os recursos disponíveis para as forças armadas”

EQUILÍBRIO ATRAVÉS DO CONTROLO PARLAMENTAR

Diversos parlamentos africanos têm vindo a abrir-se e a tornar-se mais receptivos ao seu eleitorado, bem como a agir de forma mais dinâmica em termos de elaboração e aprovação de legislação. No entanto, a maioria ainda não incorporou plenamente a supervisão enquanto elemento central da sua actividade.

Mesmo os parlamentos que demonstram maior aptidão e capacidade legislativa não conferem prioridade à supervisão. No Gana, por exemplo, cerca de 70 por cento dos membros do parlamento consideram insuficiente o desempenho da câmara no que toca à supervisão. As comissões parlamentares da defesa e da segurança não são das mais dinâmicas. No Benim, Quénia, Nigéria e Uganda, os parlamentos raramente se debruçam aprofundadamente sobre questões de segurança nacional.¹⁰ Entre 2007 e 2009 a Comissão Parlamentar da Defesa e do Interior do Gana não apresentou um único projecto de lei.¹¹

O controlo pelo executivo do orçamento militar e do sector de segurança em geral é igualmente insuficiente. República Democrática do Congo, Nigéria, Angola, Senegal, Níger, Chade, Malawi e vários

outros países africanos situam-se no baixo da escala de transparência nos gastos com a defesa, devido à escassez, superficialidade ou mesmo inexistência de auditorias realizadas.¹² Quando divulgadas, muitas avaliações não contêm informações sobre compras de material, consideradas confidenciais.¹³ No entanto, existem estudos que revelam que no Mali, Gana, Etiópia, Quênia e Nigéria as despesas militares reais excedem em cerca de 20 por cento por ano os orçamentos de defesa.¹⁴ Mesmo quando o parlamento examina com rigor e aprova o orçamento militar, isto não deve dispensar a monitorização dos gastos subsequentes, da adjudicação de contratos públicos e do desempenho das forças armadas.

As Comissões de Contas Públicas (PAC) são outra entidade de supervisão particularmente importante. Normalmente presididas por um membro da oposição no parlamento para garantir a sua independência, as PAC são um órgão parlamentar destinado a acompanhar as auditorias, avaliar os gastos do governo, organizar audições sobre a execução de políticas e identificar medidas correctivas quando necessário.¹⁵

No Gana, a PAC tem exercido activamente o seu papel de investigação, realizando muitas reuniões públicas — algumas das quais transmitidas pela televisão — e denunciando actos de desvio de fundos e fraudes.¹⁶ A Comissão de Contas Públicas do Parlamento do Uganda também tem constituído um apoio de rectaguarda essencial para a Comissão de Defesa e Assuntos Internos. Embora a sua acção continue a ser travada por uma classificação excessiva de documentos e manipulações por parte do governo, os relatórios do Auditor Geral do Uganda e das audições organizadas pela PAC denunciaram fraudes cujos autores foram sancionados e detidos.¹⁷

Enquanto representantes dos cidadãos, os deputados têm a obrigação de zelar pelos princípios da boa governação e o cumprimento das regras do estado de direito no sector da defesa e no seio das forças de segurança. A efectiva supervisão parlamentar faz a diferença entre controlo civil e controlo democrático. Um estado sem controlo parlamentar do seu sector de segurança só pode ser considerado, na melhor das hipóteses, uma democracia imperfeita.

O CAMINHO A SEGUIR

O controlo civil do sector da segurança em África tem sido insuficiente ao longo dos últimos 20

anos de democratização, mas foram-se fortalecendo no continente, apesar de tudo, as entidades de supervisão.¹⁸ Para continuarem a progredir, os países africanos precisam de aproveitar o momento.

Como ponto de partida, as comissões parlamentares devem analisar com maior rigor as nomeações do poder executivo para as cúpulas do sector da segurança. Nos países cujo parlamento continua excluído dos procedimentos de aprovação, consagrar na lei a supervisão parlamentar deve constituir uma prioridade. Sem supervisão e controlo, as nomeações são vulneráveis à instrumentalização política.

Nos parlamentos com poderes de controlo sobre as nomeações, há falta de elementos habilitados e disponíveis para realizar esta supervisão, deficiência que urge resolver. Os agentes da sociedade civil e meios de comunicação social independentes também devem ser encorajados a conduzir e divulgar avaliações da integridade e mérito dos nomeados, baseadas em provas.

O reforço do controlo das nomeações cumpre múltiplos objectivos: melhora, em primeiro lugar, a segurança, ao identificar os oficiais mais competentes, além de enviar um sinal a todos os militares de que os mais profissionais serão recompensados. As chefias do sector da segurança nomeadas através de um processo mais rigoroso terão maior credibilidade e reduzirão o risco de instrumentalização das forças armadas pelos políticos. O controlo parlamentar das nomeações nos mais altos escalões das forças armadas também servirá de travão a um poder excessivo do governo sobre a segurança nacional.

Os parlamentos também devem tomar medidas para introduzir maior transparência nos orçamentos do sector da segurança e rever neste contexto as normas de divulgação de documentos, muitas vezes classificados para impedir o escrutínio da actividade do sector. A segurança nacional constitui uma prioridade para qualquer Estado e merece um suporte adequado, a que os legisladores não devem eximir-se. Ao mesmo tempo, muitos estados africanos têm necessidade de reestruturar as suas forças para responder aos desafios do presente, incluindo designadamente a análise do papel e do custo das guardas presidenciais.

Deste modo, importa que os deputados aprofundem o seu conhecimento das questões de segurança. Os dirigentes civis conhecedores dos

meandros e complexidades da estratégia militar, policiamento, recolha de informações, avaliação de ameaças e outras vertentes da segurança nacional conquistarão a confiança e o respeito das chefias militares e saberão avaliar melhor a qualidade das opções políticas. Tem aumentado o número de institutos de investigação e organizações da sociedade civil africana especializados em questões de segurança. Os parlamentos africanos devem estreitar o contacto com estas organizações e promover a participação das mesmas nas suas actividades.

“os parceiros internacionais devem reforçar o seu envolvimento para além do paradigma ‘treinar e equipar’ de auxílio à segurança, por forma a responder às necessidades operacionais e centrar-se mais na governação e responsabilização globais”

As agendas legislativas também devem dedicar mais atenção às questões de segurança nacional. Os membros das comissões de defesa e de segurança devem realizar mais debates públicos com especialistas e membros das forças de segurança sobre ameaças emergentes, relações entre civis e militares, destacamentos e operações e metas da nação a longo prazo para a modernização militar, entre muitos outros temas. As iniciativas e projectos de reforma produzidos por tais intercâmbios poderão servir de base para novos projectos de lei a considerar pelas comissões parlamentares. Os provedores, as PAC e as comissões especiais provaram ser elementos essenciais do controlo parlamentar, pelo que os seus mandatos e financiamento devem ser reforçados.

As Comunidades Económicas Regionais de África também podem desempenhar um papel muito importante na promoção do controlo democrático das forças armadas. Vários organismos dedicados à segurança, como o Comité dos Chefes do Estado-Maior da Defesa da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, o Conselho de Anciãos, a Comissão de Defesa e Segurança e entidades semelhantes noutras Comunidades Económicas Regionais, desempenham um papel essencial na consagração de

práticas democráticas no sector de segurança. Em termos do papel desempenhado por antigos militares na política, por exemplo, estes órgãos poderiam elaborar directrizes relativas à divulgação dos activos dos líderes militares e a moratórias sobre a sua candidatura a cargos públicos após a retirada do activo.

Estes e outros critérios poderiam mesmo servir de base para uma revisão por pares do sector de segurança, em conformidade com o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, iniciativa criada há dez anos e que divulga análises detalhadas duma série de indicadores de governação nos estados africanos.

De um modo geral, os estados africanos também devem ratificar a Carta da União Africana sobre a Democracia. Após ser ratificada por 15 membros—10 já o fizeram—a Carta reforçará o enquadramento jurídico de prevenção de actos inconstitucionais e insidiosos no continente.

Os parceiros internacionais devem reforçar o seu envolvimento para além do paradigma “treinar e equipar” de auxílio à segurança, por forma a responder às necessidades operacionais e centrar-se mais na governação e responsabilização globais. Em concreto, as parcerias de segurança devem favorecer os países mais democráticos e, deste modo, mais capazes de contribuir para a estabilidade regional. Da mesma forma, dirigir a assistência à segurança para países dotados de mecanismos de fiscalização mais eficazes oferece mais garantias de uso responsável dos fundos e transferências.

Em suma, a consolidação da democracia requer relações positivas e produtivas entre civis e militares. Ao contrário de muitos pressupostos, tais mudanças podem ser alcançadas em benefício mútuo das comunidades civil e militar. O controlo democrático dos serviços de segurança é difícil de realizar, mas os benefícios que dele derivam para a segurança regional, nacional e das populações são substanciais e de longa duração.

NOTAS

¹ James Karuhanga, “RDF Expects Over 15,000 Tonnes of Cassava Harvest,” *New Times* (Rwanda), 29 de Março de 2011.

² Rafael Marques de Morais, “Angola: The Presidency—The Epicentre of Corruption,” *Pambazuka News*, 5 de Agosto de 2010.

³ Stanley Nkwazema e Sufuyan Ojeifo, “Mark Lists Challenges of National Security,” *This Day* (Nigeria), 20 de Agosto de 2008

⁴ Mathurin C. Hounnikpo, *Guarding the Guardians: Civil-Military Relations and Democratic Governance in Africa* (Burlington, VT: Ashgate Publishing, 2010).

⁵ Bruce M. Russett e John R. O'Neal, *Triangulating Peace: Democracy, Interdependence, and International Organizations* (New York: Norton, 2001).

⁶ "Togo: Armed Forces," Jane's Sentinel Security Review—West Africa, IHS Global Insight, 11 de Novembro de 2011.

⁷ "Ethiopia Defence Spending Irrational," South African Press Agency, 1 de Maio de 2005.

⁸ Ben Magahy, Dominic Scott e Mark Pyman, *Defence Corruption Risk In Sub-Saharan Africa: An Analysis of Data Relating Corruption in Defence Establishments to Development Outcomes* (London: Transparency International, 2009), 32.

⁹ Ibid., 28.

¹⁰ Joel D. Barkan, "Legislative Power in Emerging African Democracies," in *Legislative Power in Emerging African Democracies*, ed. Joel D. Barkan (Boulder, CO: Lynne Reiner, 2009), 242.

¹¹ Sarah Brierley, "Ghana Country Report," Centre for Social Science Research, University of Cape Town, 2010, 4, disponível em <www.africanlegislaturesproject.org/sites/africanlegislaturesproject.org/files/Ghana%20Country%20Report%20final.pdf>.

¹² Mariya Gorbanova e Leah Wawro, *The Transparency of National Defence Budgets* (London: Transparency International, 2011).

¹³ Wuyi Omitoogun, "A Synthesis of Case Studies," em *Budgeting for the Military Sector in Africa: The Processes and Mechanisms of Control*, ed. Wuyi Omitoogun and Eboe Hutchful (London: Oxford University Press, 2006), 250–251.

¹⁴ Magahy, Scott, e Pyman, 21.

¹⁵ Nthabiseng Ngozwana, "Good Practice Guide for Public Accounts Committees in SADC," Southern Africa Development Community Organisation of Public Accounts Committees, Agosto de 2009, disponível em <www.sadcopac.org/modules/documents/index.php%3Faction%3Ddownloadfile%26filename%3DSADCO%2520GOOD%2520PRACTICE%2520GUIDE.pdf>.

¹⁶ Staffan I. Lindberg with Yongmei Zhou, "Co-optation Despite Democratization in Ghana," em *Legislative Power in Emerging African Democracies*, 158.

¹⁷ "Country Report—Uganda," *Countries at the Crossroads* 2006 (Washington, DC: Freedom House, 2006).

¹⁸ Joseph Siegle et al., *Africa and the Arab Spring: A New Era of Democratic Expectations*, Africa Center for Strategic Studies (ACSS) Special Report No. 1 (Washington, DC: CEEA, Novembro de 2011).

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telefone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Vice-Gerente Regional:
Claude Toze
Telefone: 221 33 869 61 60
Email: TozeC@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABEBA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telefone: 251 11 517 4000
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telefone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4039

